



Diagnosticar a Coerência das Políticas dos Sistemas Alimentares Resultados de Moçambique





A coerência das políticas dos sistemas alimentares é o alinhamento das políticas que afetam o sistema alimentar com o objetivo de alcançar metas sanitárias, ambientais, sociais e económicas, com vista a garantir que as políticas concebidas para melhorar um resultado do sistema alimentar não prejudiquem os outros e, sempre que possível, tirem partido das sinergias entre áreas políticas para alcançar melhores resultados para todos.¹

A Ferramenta de Diagnóstico de Coerência das Políticas dos Sistemas Alimentares apresenta uma metodologia prática para avaliar a coerência das políticas dos sistemas alimentares e fornecer recomendações práticas para as melhorar. Foi aplicada em Moçambique em 2025 através de uma extensa análise de documentos e consultas com especialistas.

Estruturas e mecanismos

O primeiro módulo da ferramenta examina se existem estruturas e mecanismos em vigor

que aumentem a probabilidade de alcançar a coerência das políticas. Os resultados para Moçambique, apresentados abaixo, indicam que o cenário das políticas dos sistemas alimentares de Moçambique é robusto no fornecimento de documentos estruturais para orientar a transformação dos sistemas alimentares, mas que existem áreas a reforçar em termos de compromisso político, estruturas de coordenação, monitorização e responsabilização e, particularmente, capacidade, implementação, inclusão e envolvimento das partes interessadas.

1. Adaptado de Parsons & Hawkes. 2019. Policy Coherence in Food Systems.

Estruturas e mecanismos de Moçambique para apoiar a coerência das políticas dos sistemas alimentares

Domínio	Análise e recomendações
Documentos estruturais	O documento que detalha os percursos de Moçambique, apresentado através da Conferência sobre Sistemas Alimentares da ONU em 2021, apresenta-se como uma base para a transformação dos sistemas alimentares. Inclui uma visão para o futuro que abrange múltiplos domínios do sistema alimentar, destaca desafios existentes do sistema alimentar , define prioridades para os abordar e inclui planos claros para intervenções objetivas .
Compromisso político	A grande liderança de Moçambique apoiou publicamente esta visão, demonstrando um elevado nível de compromisso político . Contudo, não estão implementados mecanismos que garantam que este compromisso se mantém além dos ciclos eleitorais ou dos mandatos governamentais.
Capacidade e implementação	Moçambique investiu na formação de funcionários governamentais em matéria de sistemas alimentares e tem várias políticas e estratégias que estão alinhadas com o seu percurso, como a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para 2021–2030 e o Plano de Ação Multissetorial para a Redução da Desnutrição Crónica. No entanto, poderia fortalecer diversas áreas de capacidade/implementação: • Várias consultas resultaram na finalização do documento dos percursos de Moçambique. Devem envidar-se esforços para o adotar formalmente ou ratificar como política dominante, o que poderá aumentar a probabilidade de implementação. • Seria útil desenvolver um plano de ação mais exaustivo para a implementação do percurso e para que seja apoiado por um plano de investimento financiado ou orçamento, de forma abrangente e específica, ligado ao percurso.
Estruturas de coordenação	As atividades dos sistemas alimentares e o diálogo intersetorial são coordenados por um mecanismo que envolve o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Nacional de Coordenação. Para reforçar a coordenação, as partes interessadas podem considerar a designação de promotores ou defensores de uma abordagem coerente dos sistemas alimentares em diferentes departamentos/órgãos governamentais e o reforço dos mecanismos para envolver entidades do governo subnacional na formulação de políticas coordenadas de sistemas alimentares.
Inclusividade, envolvimento das partes interessadas e voz	Embora Moçambique tenha mantido diálogos inclusivos para desenvolver o seu percurso, as partes interessadas podem considerar a implementação de mecanismos contínuos para consultoria de especialistas técnicos/científicos , bem como partes interessadas não técnicas (como os cidadãos, grupos do setor privado e a sociedade civil) em questões de políticas dos sistemas alimentares que abrangem diferentes setores.
Monitorização e prestação de contas	As partes interessadas poderiam considerar esclarecer os mecanismos e as responsabilidades para reportar o progresso na implementação do percurso nacional, bem como garantir que os relatórios de dados sobre o progresso em relação aos principais indicadores são partilhados pública e regularmente. Poderiam também considerar a implementação de métodos para avaliar o potencial impacto das políticas em diferentes partes do sistema alimentar (i.e., sinergias e compromissos) e a capacitação da equipa do setor público sobre a sua utilização.
Nota: O sombreado verde indica domínios onde os sistemas oferecem grande suporte à coerência; o amarelo significa que oferecem um suporte moderadamente elevado; o laranja significa que apenas oferecem algum suporte; e o vermelho significa que geralmente não oferecem suporte.	

Conflitos e sinergias entre políticas

O Módulo 2 considera os conflitos e as sinergias entre as políticas existentes em seis setores (apresentados nas colunas da tabela abaixo) e o alcance de objetivos-chave de transformação dos sistemas alimentares, extraídos do processo da Conferência sobre Sistemas Alimentares da ONU e apresentados nas linhas da tabela abaixo.

Os resultados para Moçambique são apresentados no sombreado de cada célula da tabela, seguindo

a legenda apresentada abaixo da tabela. Por exemplo, o sombreado verde na primeira célula indica que as políticas agrícolas revistas são de certa forma coerentes com (isto é, apoiam) o objetivo de aumentar a oferta das principais culturas básicas, o que contribui para conseguir erradicar a fome. Em contrapartida, as políticas comerciais revelam-se algo incoerentes com o objetivo de aumentar o consumo de alimentos nutritivos para contribuir para uma alimentação saudável para todos.

Coerência entre as políticas de Moçambique e os principais objetivos do sistema alimentar

		Agricultura	Saúde	Ambiente	Comércio	Políticas sociais	Políticas industriais, económicas e monetárias
Erradicar a fome	Aumento da oferta de alimentos básicos						
	Preços acessíveis para alimentos básicos						
Resiliência climática	Adaptação						
	Mitigação das alterações climáticas						
Alimentação saudável	Consumo de alimentos mais nutritivos						
	Menor consumo de alimentos não saudáveis						
	Redução da perda e do desperdício de alimentos						
Trabalho digno	Salários adequados para os trabalhadores dos sistemas alimentares						
	Effective nutrition-sensitive social protection						
	Empowerment of Women & Girls						
LEGENDA		Altamente coerente	Relativamente coerente	Nem coerente nem incoerente	Relativamente incoerente	Altamente incoerente	Não avaliado
As políticas revistas neste setor estavam muito alinhadas com a concretização deste objetivo				As políticas revistas neste setor estavam geralmente desalinhadas com a concretização deste objetivo			



Felizmente, muitas áreas de políticas foram consideradas relativamente ou altamente coerentes com a maioria dos objetivos dos sistemas alimentares. Isto verifica-se particularmente nas políticas sociais e nas políticas industriais/económicas/monetárias.



Por exemplo, as **políticas sociais** ajudam a reduzir a fome através de proteção social dirigida às famílias rurais pobres, programas de alimentação escolar, reconhecimento constitucional do Direito à Alimentação e subsídios ou transferências de alimentos para as famílias mais vulneráveis. Apoiam a adaptação às alterações climáticas ao tentar melhorar as atividades de geração de rendimentos para as famílias pobres e vulneráveis e fornecer ajuda às populações vulneráveis após desastres naturais, embora pudessem fazer mais para evitar a inadimplência de crédito de pequenos e médios produtores.



As **políticas industriais, económicas e monetárias** apoiam a redução da fome reconhecendo a importância da agricultura como um setor para o crescimento económico, apoiando as infraestruturas rurais e de última milha e prestando apoio às empresas de processamento de alimentos básicos. Apoiam a mitigação das alterações climáticas através do compromisso com o “crescimento ecológico” e do incentivo à redução das emissões de gases com efeito de estufa entre as empresas agroalimentares. No entanto, poderiam fazer mais para apoiar o trabalho digno, garantindo que os trabalhadores dos sistemas alimentares recebem salários dignos.



Verificou-se mais incoerência nas políticas de agricultura, saúde e comércio. As **políticas agrícolas** são geralmente coerentes com o aumento da oferta de culturas básicas e a redução dos seus preços, como por meio de serviços de extensão focados em alimentos básicos e do apoio ao acesso a investimentos e à expansão da irrigação, mas poderiam fazer mais para apoiar a investigação e o desenvolvimento de culturas básicas e a prestação de serviços financeiros para agricultores de culturas básicas. Têm algumas áreas de incoerência no que diz respeito à mitigação das alterações climáticas, como o apoio à expansão das áreas de produção agrícola, o incentivo à mecanização agrícola sem incluir mecanismos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa dessa mecanização e o apoio ao aumento da produção de gado, incluindo ruminantes, que tendem a emitir mais gases com efeito de estufa por unidade do que outros tipos de gado ou fontes alimentares de origem vegetal. Embora as políticas agrícolas sejam coerentes com o objetivo de aumentar o consumo de alimentos nutritivos, como através do apoio à biofortificação e de serviços de extensão para culturas hortícolas, o apoio aos produtores de culturas de açúcar e sementes oleaginosas pode levar à sobreprodução e a preços artificialmente baixos para os consumidores e processadores, o que pode incentivar o consumo excessivo e o uso excessivo no processamento de alimentos, contradizendo o objetivo de reduzir o consumo de alimentos não saudáveis.



As **políticas de saúde** apoiam a capacitação das mulheres através de cuidados médicos maternos subsidiados, apoiando o acesso à contraceção e visando a divulgação sobre nutrição familiar e saúde materna e infantil para homens e mulheres. Apoiam a proteção social sensível à nutrição ao incluírem programas de suplementação de micronutrientes para populações vulneráveis. Apoiam a adaptação climática reconhecendo as alterações climáticas como uma ameaça à saúde humana, incluindo os esforços para controlar as doenças transmitidas por vetores e o apoio ao acesso a cuidados médicos durante e após catástrofes naturais. No entanto, são algo incoerentes quanto ao objetivo de mitigar as alterações climáticas, uma vez que as diretrizes alimentares e os instrumentos semelhantes não mencionam claramente a importância de escolher alimentos nutritivos com menos emissões como parte de uma alimentação saudável.



As **políticas ambientais** também mostraram algumas áreas de incoerência, como o apoio à consolidação de terras, o que pode levar ao aumento da produção de culturas básicas em detrimento de culturas mais nutritivas e, portanto, ao menor consumo de alimentos nutritivos. Os limites à pesca, embora muitas vezes motivados por importantes objetivos ambientais e que apoiem a manutenção das

unidades piscícolas para o futuro, podem ter conflitos de curto prazo com a concretização de um consumo alimentar mais nutritivo se tornarem o peixe (um alimento altamente nutritivo) mais caro ou menos disponível. Em contraste, as políticas ambientais foram altamente coerentes com o objetivo de reduzir a perda e o desperdício de alimentos, como, por exemplo, através do apoio à compostagem de restos alimentares e das restrições ao uso excessivo de pesticidas e fertilizantes (que podem danificar as culturas).



As **políticas comerciais** foram o domínio político com maior nível de incoerência. Por exemplo, as tarifas e medidas não tarifárias relacionadas com as importações dos principais produtos agrícolas básicos e as tarifas sobre o equipamento agrícola e de processamento de alimentos podem resultar em preços mais elevados, dificultando os esforços para erradicar a fome. As tarifas sobre alimentos ricos em nutrientes e o equipamento e investimentos de fortificação também podem aumentar os preços dos alimentos nutritivos, e a falta de apoio à libertação rápida das importações de produtos perecíveis (como frutas e legumes frescos) pode limitar estas importações ou resultar em perdas durante a importação. Não incluir cláusulas sólidas relacionadas com a proteção dos trabalhadores nos acordos comerciais pode ser uma oportunidade perdida para alcançar sinergias entre o apoio ao comércio e o trabalho digno.



Conclusão

Esta análise deixa algumas advertências. Em primeiro lugar, esta aplicação foi realizada a nível nacional. Por conseguinte, as políticas e iniciativas relevantes a nível provincial não estão refletidas, o que pode subestimar ou sobrestimar o nível de coerência. Em segundo lugar, as políticas são complexas e dinâmicas, e os objetivos da transformação dos sistemas alimentares são numerosos; sendo que esta análise apenas considera um número limitado de objetivos e políticas dos sistemas alimentares num determinado momento. Além disso, não se aplica necessariamente o caso de as áreas de incoerência das políticas deverem ser vistas como “más”; existem alguns casos em que a incoerência pode fazer sentido, como, por exemplo, devido à priorização de objetivos ou necessidades de economia política.

Ainda assim, a incoerência das políticas pode levar ocasionalmente à ineficácia e a uma menor probabilidade de atingir os objetivos das políticas, bem como à perda de oportunidades para aproveitar sinergias entre domínios políticos, quando estas existem. Embora seja improvável – e potencialmente indesejável, tendo em conta os custos associados à coordenação e ao alinhamento – conseguir uma coerência perfeita entre todas as políticas relacionadas com a alimentação e todos os resultados, ao identificar e gerir sinergias e compromissos importantes, o governo de Moçambique e as partes interessadas podem alinhar melhor os esforços para atingir os objetivos principais.





Pode aceder à
ferramenta e aos
recursos de apoio
aqui:



Este trabalho foi produzido através do programa Nourishing Food Pathways da GAIN, que é financiado conjuntamente por



Co-funded by
the European Union



Irish Aid
An Roinn Gnóthaí Eachtracha
Department of Foreign Affairs



Ministry of Foreign Affairs



Os resultados, as ideias e as conclusões apresentados nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as posições ou políticas da GAIN ou de qualquer um dos órgãos acima mencionados.